

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 77 - FEVEREIRO 2021



PRESIDENTE: CARLOS ALBERTO AFONSO COSTA

POLÍTICA DE EXAUSTÃO



Caixa arrocha ainda mais os empregados, aumenta as metas, cada vez mais insanas, e o índice de adoecimento dispara.

Página 4

Um prejuízo aos brasileiros

Você pode até não ter conta na Caixa, mas com certeza precisa da atuação forte da empresa. Seja para o fortalecimento da economia local, seja para conseguir o tão sonhado crédito, garantir um alívio no orçamento familiar e passar pela crise causada pela pandemia do coronavírus. Os números mostram o tamanho da Caixa e o que pode ser perdido caso partes rentáveis sejam vendidas.



Com o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), foram disponibilizados R\$ 12,1 bilhões em créditos até o terceiro trimestre do ano passado, beneficiando 200 mil microempresas e empresas de pequeno porte. O banco registrou saldo total de R\$ 25,4

bilhões da carteira de crédito para micro, pequenas e médias empresas.

Tem mais. A Caixa emprestou R\$ 11,1 bilhões pelo FGI (Fundo Garantidor para Investimentos). Outros R\$ 2,3 bilhões foram liberados por meio do Fampe (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas), em

parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Os dados apontam que graças aos recursos viabilizados com programas como o Pronampe cresceram em 27,8% o desembolso para as MPEs (Micro e Pequenas Empresas), ante 11,1% das grandes empresas. Não é só isso. A Caixa também está presente na educação, na saúde, nas obras de infraestrutura que ligam os quatro cantos do país e que levam esgotamento sanitário para milhões de brasileiros. Com a privatização de partes da empresa, projetos fundamentais ao país ficam comprometidos, a exemplo do Fies.

Na mira, Caixa Seguridade

A Caixa Seguridade deve ser a primeira subsidiária a ter o capital aberto. A venda de 30% da empresa de seguros deve acontecer entre março e abril. A estimativa é que a operação renda entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões.

Além da Caixa Seguridade, a direção da empresa confirmou a venda de outras partes do único banco 100% público do país. De acordo com o presidente Pedro Guimarães, devem ter o capital aberto ainda o setor de Cartões, Loterias e gestão de recursos.

Apenas o capital privado ganha com a venda, principalmente os bancos privados, há muito tempo de olho nas operações da Caixa. Até o banco digital, que ainda não existe e vai englobar os serviços do Caixa TEM, está sendo preparado para a venda. Com o app, criado para o pagamento do auxílio emergencial, mais de 105 milhões de contas foram abertas.

EMPREGADOS REAGEM

Os empregados da Caixa não estão parados. Constantemente realizam manifestações para chamar a atenção da sociedade para os prejuízos que o atual projeto de desmonte da empresa causam à nação.

Também denunciam a reestruturação de áreas, que levam insegurança e pânico aos empregados, já exaustos com o pagamento do auxílio emergencial. Recentemente, a CEE (Comissão Executiva dos Empregados) recebeu

denúncias da extinção de áreas e realocação de outras para centralizadas.

A mudança gera incertezas quanto ao trabalho e os empregados ficam sem saber o que acontecerá com a sua área.

BANCO DIGITAL

Nem mesmo o banco digital, que mal saiu do papel, escapa das garras do grande capital privado. A pressão pela venda da nova subsidiária é grande. A empresa, criada a partir do Caixa TEM, aplicativo utilizado para realizar o pagamento do auxílio emergencial aos mais de 100 milhões de brasileiros atingidos pela crise sanitária, é tão promissora que a direção da instituição financeira quer abrir o capital nos Estados Unidos.

Se sair do papel, o IPO do banco digital será mais um duro golpe contra a nação brasileira e abre ainda mais o caminho para a privatização da Caixa.



SAÚDE CAIXA

Vale a pena lutar

O empenho dos empregados da Caixa para garantir o plano de saúde para todo o quadro de pessoal do banco mostra que vale a pena acreditar e participar da luta em defesa dos direitos. Em janeiro, depois de muitas manifestações, com a realização de grandes campanhas nacionais, o Saúde Caixa foi reaberto a todos os trabalhadores, inclusive os contratados depois de 31 de agosto de 2018.

O convênio médico para todos está consolidado no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) desde 2004. A assistência tem caráter solidário. Ou seja, entre os diferentes salários e tem pequena variação de custo quanto ao número de integrantes

do grupo familiar.

Na campanha salarial do ano passado, depois de um processo negocial duro, com muitas ameaças da direção da empresa, os empregados conseguiram manter o modelo de custeio. Desta forma, a Caixa paga 70% e os trabalhadores 30%.

Outra injustiça foi reparada e os novos empregados passaram a ter direito ao plano de saúde. Apesar das vitórias, a mobilização em defesa do Saúde Caixa deve ser mantida.



Os convênios médicos das estatais seguem ameaçados pela CGPAR 23. A resolução impede o ingresso de novos

participantes, restringe os benefícios e retira direitos dos trabalhadores, o que coloca em risco a sustentabilidade da assistência.

FUNCEF: PRESSÃO POR ELEIÇÃO

Parece que a direção da FUNCEF quer se aproveitar da pandemia do novo coronavírus para deixar cair no esquecimento o processo eleitoral, interrompido no ano passado. A realização do pleito é cercada de polêmicas. Inclusive foi parar na Justiça.

As regras para a escolha dos novos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal foram divulgadas em fevereiro do ano passado, como estabelece o estatuto. Originalmente, o mandato dos atuais representantes encerraria em maio passado. Mas, no decorrer dos meses, mesmo com a crise sanitária, muitos candidatos tiveram a inscrição impugnada sem qualquer justificativa plausível.

No fim das contas, depois de embates judiciais, os candidatos tiveram decisão favorável e a inscrição teria de ser validada. Só que de lá para cá, não se tratou mais do assunto. Diante do silêncio da Fundação, a FENAG (Federação Nacional das Associações de Gestores da Caixa) e a FENAE (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa) enviaram ofício à direção da FUNCEF cobrando a retomada do processo eleitoral.

No documento, destacam a importância na alternância de gestão, prevista no estatuto da FUNCEF e, sobretudo, pelo direito legal e democrático dos participantes e assistidos na escolha dos representantes.



LOTÉRIAS ARRECADAM R\$ 17 BILHÕES

Apesar da arrecadação recorde de R\$ 17,1 bilhões no ano passado, as Loterias da Caixa também estão na lista de privatizações do governo e da direção do banco. Segundo a própria empresa, o resultado de 2020 foi 2,35% maior do que o registrado em 2019 (R\$ 16,7 bilhões).

Quase 40% do valor arrecadado pelas Loterias são destinados ao financiamento de políticas públicas para a saúde, educação, cultura e esportes. A subsidiária se destaca no papel social da Caixa, sobretudo para a redução da desigualdade regional e social

no país. Mas, o presidente do banco, Pedro Guimarães, não esconde o interesse em vender a empresa, além da Caixa Seguridade, Caixa Cartões e gestão de recursos (asset). Entre as modalidades de vendas, a Mega-Sena continua como principal e foi responsável por R\$ 6,9 bilhões em arrecadação nas Loterias. No total, 40,4%. A Lotofácil veio em seguida, com R\$ 5,2 bilhões e participação de 30,5% no portfólio de jogos da Caixa. Com 17,4% de participação, vem a Quina, que arrecadou mais de R\$ 3,0 bilhões no ano passado.



UMA CATEGORIA PRESSIONADA E ADOECIDA

A transformação das agências bancárias em balcão de negócios e a reestruturação promovida pela direção da Caixa, que reduz significativamente o número de empregados e acentua as metas, na maioria das vezes insanas e inalcançáveis, elevam o índice de adoecimento na categoria.

Os bancários enfrentam condições precárias em todos os sentidos. Do funcionamento das unidades com poucos empregados para atender uma demanda extremamente alta e que piorou significativamente com o pagamento do auxílio emergencial, à saúde física. Para completar, promove uma reestruturação que gera ainda mais insegurança entre os empregados. Tudo isso em plena crise sanitária. O cenário é muito preocu-



pante e as denúncias de assédio moral por parte da matriz dispararam. Não é à toa que a categoria bancária está entre as que mais adoecem.

Para tentar acabar com a política abusiva do banco, o caso foi parar no Ministério

Público do Trabalho (MPT). Na primeira audiência, realizada neste mês, os representantes dos empregados denunciaram que as medidas discriminatórias recaem principalmente nos empregados incorporados e aposentados ou entre aqueles

que estão prestes à se aposentar que são realocados sem comunicado prévio, sendo pegos de surpresa.

Os representantes dos trabalhadores cobraram da empresa respeito e querem que as mudanças sejam informadas com antecedência e total transparência. Vale lembrar que o acordo coletivo prevê negociação prévia com os empregados em casos de transferências.

Mas a direção do banco tem ignorado o item e realiza as realocações sem nem sequer um aviso formal para que os bancários entendam o que está acontecendo. Atitude que gera insegurança e pânico entre os atingidos. Diante do problema, o MPT deu um prazo de 30 dias para que a direção apresente as informações solicitadas para definir os desdobramentos.

Déficit piora o problema

O déficit de empregados piora o problema na Caixa. Nos últimos anos, o banco perdeu cerca de 20 mil trabalhadores. A empresa chegou a ter 101,5 mil bancários em 2014 e atualmente conta atualmente com 84,2 mil.

Apesar disso, a direção trabalha com a estimativa de desligamento de mais 7,2 mil trabalhadores por meio de Programa de Desligamento Voluntário. Com a saída de 2,3 mil empregados no último PDV, em dezembro, o atual déficit é de 19,6 mil bancários, colo-

cando em risco real a capacidade e a qualidade da assistência à sociedade.

Não fosse o empenho de cada funcionário para o pagamento do auxílio emergencial e de outros tantos benefícios sociais, 120 milhões de brasileiros não teriam conseguido sobreviver nesta crise sanitária. Vale destacar que, além de piorar as condições de trabalho, a falta de bancários prejudica o atendimento à população; principalmente, no atual contexto de pandemia.

MAIS 566 CONTRATADOS

A Caixa anunciou recentemente que vai convocar 566 aprovados no concurso público de 2014. Outros 1 mil devem ser chamados até o fim do ano. O foco serão o Norte e o Nordeste. No ano passado, 300 concursados foram convocados para atuarem nessas regiões. Mas, o número ainda é muito baixo.

A ampliação do quadro de pessoal é uma das principais reivindicações dos empregados para desafogar as agências. As filas que já eram grandes e causavam muitos transtornos pioraram consideravelmente nos últimos meses com o pagamento do auxílio emergencial, deixando os trabalhadores cada dia mais sobrecarregados, pressionados de todos os lados, e doentes.

BANCÁRIOS NO GRUPO PRIORITÁRIO DA VACINA

O Comando Nacional quer incluir os bancários, principalmente os empregados da Caixa, no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19. O assunto está sendo discutido com parlamentares, Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e técnicos do Ministério da Saúde e ganha mais urgência diante da possibilidade de retorno do pagamento do auxílio emergencial aos brasileiros atingidos pela crise sanitária.

Os profissionais trabalham desde o início da pandemia na linha de frente. Na Caixa, por exemplo, os empregados são os únicos que realizaram o

pagamento do benefício que atendeu mais de 100 milhões de pessoas, correndo risco diário devido ao contato.

Em Salvador, o vereador Augusto Vasconcelos, também presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, apresentou um projeto para incluir todos os trabalhadores do sistema financeiro no grupo prioritário. "Seguimos batallhando para que bancários, vigilantes e prestadores de serviços possam ser vacinados o mais rápido possível, já que estão na linha de frente. É uma medida de proteção à sociedade, para diminuir a velocidade de contágio", disse.

